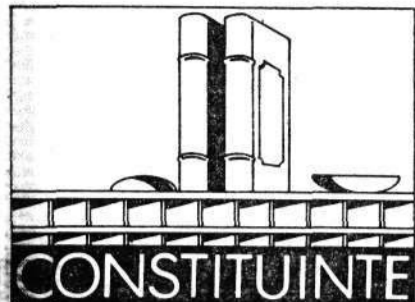


# Grupos tumultuam a Constituinte



BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

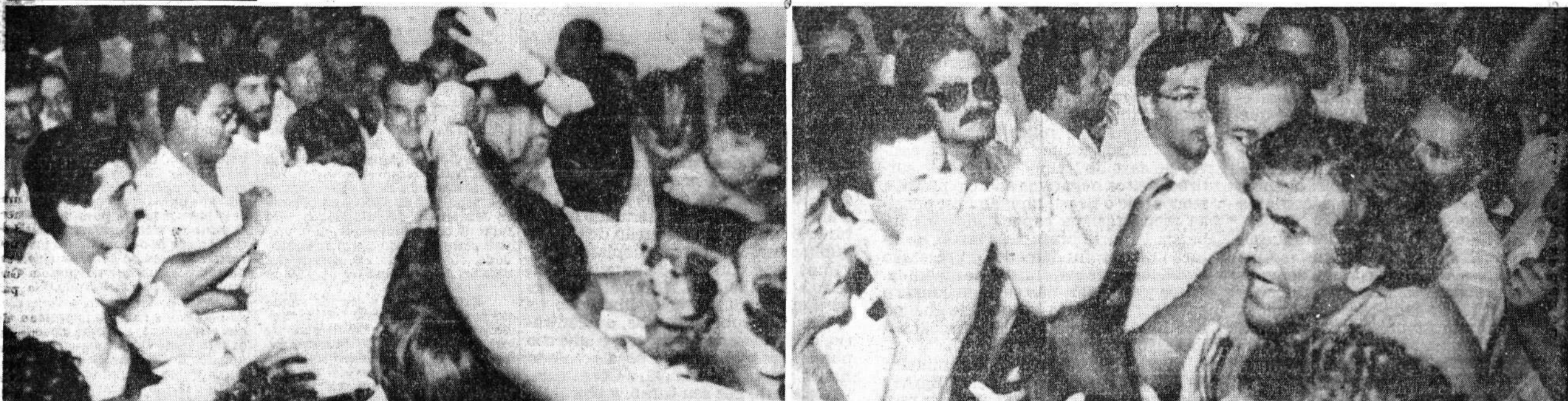
Empurrões, tapas, canções, palavras de ordem, insultos, alguns desmaios e uma guerra para conseguir as senhas que dão direito a entrar nas galerias do plenário e assistir à discussão e votação

das comissões da Assembléia Nacional Constituinte. Assim era ontem o clima no Congresso Nacional, especialmente na Comissão da Ordem Econômica. De um lado, 400 representantes da União Democrática Ruralista (UDR) e até da Tradição Fa-

mília e Propriedade (TFP) vindos de todo o País, e, de outro, quase mil trabalhadores rurais, posseiros e "sem-terra", trazidos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Comissão Pastoral da Terra e Central Única dos Trabalhado-

res. A Constituinte virou um caos. Na Comissão de Ordem Social o clima era parecido, e a sessão foi suspensa sob vaias e gritos de protesto, para reabrir hoje. Nos plenários das outras comissões os constituintes iniciavam a discussão e votação dos pareceres

dos relatores, ou seus substitutos. A Comissão de Organização do Estado, contrariando parecer do relator José Richa, aprovou a criação de mais cinco Estados. Esta era a parte mais polêmica dos trabalhos, e por isso colocada em primeiro lugar em votação.



Centenas de pessoas chamadas pela Igreja e pela CUT desentendem-se com igual ou maior número de ruralistas trazidos pela UDR

Fotos Júlio Fernandes

## Ruralistas enfrentam posseiros

Já de manhã, os representantes da UDR — que reservou mil e 500 vagas nos principais hotéis de Brasília — começaram a ocupar o Salão Verde da Câmara. Com eles estavam os trabalhadores rurais. A convivência inicial foi pacífica: os grupos divididos, sentados democraticamente lado a lado nos tapetes da Câmara. Mas o clima passou a ser tenso logo depois, com a disputa pelas senhas em poder dos constituintes. Eram 15 horas quando as manifestações começaram.

Posseiros iam em grupos, de mãos dadas e cercando os ruralistas, gritando: "Um, dois, três, UDR no xadrez". A reação foi imediata: "Um, dois, três, invasores de terras no xadrez". Outras palavras de ordem foram surgindo, antevendo o conflito iminente. Os manifestantes tinham agora como slogan "Brasil, Brasil", "Comunistas na cadeia", "Trabalhadores unidos jamais serão vencidos", ou "Reforma Agrária em todo o Brasil". Os ruralistas foram encurralados, depois avançaram bloqueando a passagem para o Senado. Imediatamente, os posseiros se uniram. Houve troca de tapas, empurrões, palavras. O tumulto só foi dominado com a intervenção dos 169 seguradas da Câmara e 150 do Senado, chamados às pressas.

Depois do confronto, José Francisco da Silva, presidente da Contag, dizia que os trabalhadores do campo reagiram "às provocações". Ao mesmo tempo, Salvador Farina, vice-presidente da UDR, denunciava "a

violência dos comunistas da CPT". A entidade dos trabalhadores passou então a mobilizar os deputados xilistas. De sua parte, a UDR se reuniu no gabinete do deputado Cunha Bueno (PDS-SP), acionando telefonemas para todo o País com um único objetivo: convocar seus integrantes a Brasília. "Estamos em minoria e precisamos urgentemente lotar as galerias", dizia Aglito Dilberto Moraes, presidente da UDR do Rio Grande do Sul.

### Mesma tática

Tanto os ruralistas como os posseiros adotaram a mesma estratégia para a distribuição das senhas de ingresso para as galerias. Os líderes de cada grupo assumiam o compromisso de permanecer lá dentro apenas duas horas e, depois, ceder o lugar a outro. Quando os ânimos se acalmaram no Salão Verde da Câmara, outro tumulto teve início no Senado. Cerca de 120 representantes da Associação Profissional das Empregadas Domésticas, lideradas por Ana Maria Dagoverto, protestavam em frente à Comissão de Ordem Social, reclamando pela demora em obter as senhas de ingresso. E gritavam também reivindicando o 13º salário, 30 dias de férias, fundo de garantia, seguro desemprego, jornada de 40 horas semanais de trabalho e licença de gravidez. A manifestação ocorreu em meio a centenas de outros lobistas, cada um interessado apenas em in-

fluenciar as comissões relacionadas com os grupos que representam.

Apesar dos tumultos, Antônio Ernesto Pinkovsky, chefe da Segurança do Senado, estava tranquilo. "Nas votações importantes sempre há problemas, mas tudo acaba sendo superado", disse ele. Seu objetivo, já acertado com os segurados da Câmara, é revistar todos que entrarem nas galerias. No caso de uma emergência, há um esquema combinado com a Polícia Militar do Distrito Federal, que poderá ser acionada. As 22 entradas do Congresso estão policiadas.

### Estratégia

Mais de trezentos agricultores de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia e Amazonas reuniram-se ontem pela manhã na presidência da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Eles discutiram as formas de pressão que a classe pretende intensificar neste período de votação do relatório da Comissão de Ordem Econômica. Fábio Meirelles, presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), deixou claro que os produtores não aceitarão nenhuma proposta de caráter ideológico na questão da reforma agrária. Ele se referiu especificamente às sugestões apresentadas pelo grupo dos xilistas no Congresso.

"É preciso que os constituintes tenham consciência de que os agricultores e o povo brasileiro esperam que

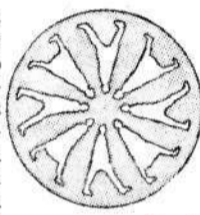
a política de assentamento, a ser estabelecida na nova Constituição, seja iniciada em primeiro lugar nas terras públicas e devolutas, e depois nas áreas improdutivas", disse Meirelles. Ele reafirmou também que "as lideranças dos produtores não aceitarão de forma alguma, e nem mesmo com pagamento à vista pelo governo, qualquer desapropriação em terras produtivas".

Meirelles lembrou que há mais de 30 dias os representantes da agropecuária brasileira estão em contato permanente com os constituintes em Brasília, para evitar que a Constituinte adote decisões de caráter ideológico e emocional sobre a reforma agrária. "Nós não estamos exercendo pressão e nem impondo nada", afirmou. "Estamos apenas fazendo uso do nosso direito democrático." O presidente da Faesp disse ainda que os agricultores esperam da nova Constituição uma política verdadeira e consistente para o setor, com definição de metas adequadas, financiamentos reais, juros compatíveis, melhor forma de colocação dos produtos no mercado interno e uma política cambial realista para os produtos de exportação.

Reafirmando a tese de Fábio Meirelles, o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Flávio da Costa Brito, disse que a entidade deseja apenas "evitar que, por razões ideológicas, o País possa ser arrastado para uma grave crise da falta de alimentos, gerando o caos na agricultura e a fome do povo brasileiro".

## Gráfica atrasa e Ordem Social adia a votação

Sob vaias e gritos cadenciados de protesto — "Isso é manobra de pelego" —, puxados por trabalhadores liderados pela CUT e CGT, foi suspensa ontem às 18h20 a sessão para votação do substitutivo II do relator da Comissão de Ordem Social, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), iniciada às 17 horas. O presidente da comissão, deputado Edme Tavares (PFL-PB), marcou para as 9 horas de hoje o reinício dos trabalhos.



O motivo alegado foi a falta de distribuição aos constituintes das publicações em bloco de as 1.479 emendas e 764 pedidos de destaque — que não puderam ser rodadas a tempo pela gráfica do Senado — e que, pelo Regimento Interno da Constituinte, são imprescindíveis para se dar início à votação. Os 59 constituintes titulares e 18 suplentes presentes levaram mais de uma hora levantando questões de ordem irrelevantes e discutindo se deveriam ou não suspender a sessão. Prevaleceu o respeito ao regimento.

Almir Gabriel acredita na aprovação integral de seu relatório, embora preveja problemas na questão da estabilidade do emprego — emenda apresentada pelo deputado João da Mata substituído o período obrigatório de experiência de três meses por uma indenização maior que a atual e multa proporcional ao tempo trabalhado.

A votação terá início pelo capítulo dos trabalhadores. Estão previstos grandes impasses por falta de consenso sobre temas polêmicos envolvendo patrões e empregados — estabilidade no emprego por dois anos, direito à greve, proibição de horas extras, participação dos empregados nos lucros e ações das empresas, redução da jornada semanal de trabalho de 48 para 40 horas, restrições às demissões coletivas, livre organização sindical e criação do Fundo de Garantia do Patrimônio Individual em substituição ao FGTS.

O substitutivo de Almir Gabriel prevê a unificação do salário mínimo em valor capaz de atender às necessidades vitais do trabalhador e de sua família e o reajuste de vencimentos de forma "a preservar permanentemente o poder aquisitivo do trabalhador, sem prejuízo de sua elevação real mediante acordo ou sentença normativa". No relatório fica assegurada a aposentadoria para todos os trabalhadores, mas sem limitação de idade ou tempo de serviço. Os militares terão direito à anistia ampla, geral e irrestrita, com reintegração ao posto, patente e demais direitos e vantagens, desde que atingidos por

atos de força praticados entre setembro de 1946 e 1º de fevereiro de 1987.

A seguridade social deverá ser universal e seu custeio incluirá contribuições da União, dos empregados e empregadores e da renda da atividade agrícola. De novidade foi acrescentada a taxação sobre prêmios dos seguros privados, lucro e faturamento das empresas e patrimônio líquido das pessoas físicas, ou seja, da riqueza conhecida através do Imposto de Renda. Foi mantida a estatização e financiamento prioritário aos serviços básicos de saúde.

Fica proibida a acumulação de aposentadorias e está prevista a criação da previdência privada complementar para os segurados do sistema previdenciário. Mas proibida a subvensão fiscal do poder público para as entidades de previdência privada com fins lucrativos.

No capítulo das minorias, o substitutivo acaba com toda a discriminação "atentatória aos direitos humanos". O Brasil não manterá relações diplomáticas nem firmará tratados, acordos ou pactos com países que adotem políticas oficiais de discriminação de cor, nem permitirá atividades de empresas desses países em seu território. Os remanescentes dos quilombos terão direito à ocupação original destas terras. Os deficientes físicos terão educação gratuita e para eles deverão ser construídos todos os meios para lhes facilitar a vida e a locomoção. Para os presos está previsto o respeito à sua dignidade e integridade física e mental, assistência espiritual, educacional, jurídica, sanitária e de trabalho. O Estado terá de indenizar quem ficar preso depois de cumprida a pena e contra a autoridade responsável será movida ação penal.

Aos índios fica assegurado o direito originário sobre a terra que ocupa, extensivo às riquezas naturais do solo e subsolo. Essas terras tornam-se patrimônio da União, inalienáveis, imprescritíveis e indisponíveis a qualquer título. Fica também proibida a remoção dos indígenas de suas terras e fixada em cinco anos, após a aprovação da nova Constituição, a demarcação de todas as terras ocupadas pelos indígenas.

No capítulo do meio ambiente, a pressão sobre os constituintes está organizada pelos que não concordam com a proibição de "instalação, ampliação e funcionamento de usinas nucleares, hidrelétricas e indústrias de alto potencial poluidor". O substitutivo também estabelece que atividades nucleares só serão permitidas para fins pacíficos, ficando o Congresso Nacional responsável pelo cumprimento deste dispositivo. Outro item polêmico é o que considera "crime as práticas e condutas lesivas ao meio ambiente" e que prevê indenizações pelo poluidor, "independentemente de culpa".

## Outra tática para anistia

Os militares não mais pretendem discutir a questão da anistia, da forma como foi redigida no projeto substitutivo da Comissão da Ordem Social. O texto, segundo eles, eliminou a possibilidade de entendimento, e agora o assunto só pode ser resolvido entre o presidente da República e as Forças Armadas, como ocorreu em 1985.

Assessores parlamentares do Exército e da Marinha ainda tentaram investir na comissão, patrocinando emendas que neutralizariam o artigo 26 da seção V do substitutivo do relator, Almir Gabriel, do PMDB. Mas depois admitiram que o trabalho estava perdido. Com isso, os assessores militares optaram pela atuação na Comissão de Ordem Econômica, onde têm interesses diretos,

como a manutenção da aviação civil subordinada à Aeronáutica. O substitutivo da Ordem Social concede "anistia ampla, geral e irrestrita a todos os que, no período compreendido entre 18 de setembro de 1946 e 1º de fevereiro de 1987, foram atingidos, em decorrência de motivação política, por qualquer diploma legal, atos institucionais, complementares ou administrativos". Isso, segundo os assessores militares, implica devolver uniformes, patentes, gratificações e proventos a todos os militares punidos, cerca de mil nas três forças. A revisão de todos os processos, mesmo que prevista na Constituição, não tem a menor simpatia das Forças Armadas e de seus ministros, que deverão levar o assunto ao presidente da República.

## Neste circo, as feras estão de fora

CARLOS CHAGAS

Ontem e hoje, o País assiste ao ensaio geral. A partir de agosto, quando a peça estreiar, será muito pior. O teatro poderá vir abaixo.

Fala-se da invasão da Assembléia Nacional Constituinte, literalmente tomada neste fim de semana por grupos de pressão, os mais variados. Desde a noite de quinta-feira, eles ocuparam posição nos corredores e gabinetes do Palácio do Congresso, onde se realizam as votações dos pareceres e relatórios das oito comissões temáticas. Por enquanto, ao menos até ontem à noite, não chegaram a urrar, intimidar ou obstruir os trabalhos de maneira veemente ou ostensiva. Mas estão fazendo com que deputados e senadores passem de atores a espectadores temerosos.

Grupos da CUT misturam-se a grupos da UDR, da Contag e de uma infinidade de associações e uniões conhecidas e desconhecidas, jovens, velhos, barbudos, escanoados, mal-vestidos e bem-vestidos, todos contribuem para transformar a Assembléia Nacional Constituinte num circo singular, onde os palhaços e as feras não estão no picadeiro, mas em volta dele. Há gaúchos de lenço vermelho no pescoço, bombachas e cartucheiros. Há lavradores de sandálias e camisas de meia. Há executivos de paletó e gravata. Todos aos magotes, atrapalhando o trânsito das pessoas, falando alto e prometendo que seus interesses não serão contrariados.

Grupos de pressão fazem parte da essência democrática e sempre funcionaram em torno dos parlamentos. Mas o que vai ocorrendo é a distorção desse princípio, substituído pela baderna consciente e maliciosa a que se lançam interesses de todos os tipos. Os fatos agora regis-

trados representam apenas o ensaio geral. Muito mais grave ficará a situação quando, a partir de agosto, os títulos, capítulos e artigos da nova Constituição começarem a ser votados em plenário. Agora são simples relatórios preliminares. Depois, serão as decisões finais. As galerias poderão transformar-se em ringue de luta livre, com a inevitável decorrência de contagiarem os parlamentares, como sempre acontece nessas horas.

Não se esqueça o lado cômico da possível tragédia. Já ontem e hoje podem ser identificados, no meio da massa, camelôs, pedintes, senhoras de vida fácil, pinguistas e toda uma fauna paralela mas não menos grotesca.

Anos atrás, numa situação similar, o presidente do Congresso, Nilo Coelho, foi aconselhado a pedir tropa federal para garantir os trabalhos legislativos. A guarda de segurança do Congresso, além de limitada, carece de know-how para enfrentar eventos assim. Telefonando para o então chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, o senador pernambucano ouviu que seria atendido no momento em que quisesse. O Exército chegaria rapidamente lá. Bastaria mandar um ofício por escrito, requisitando soldados. Foi o que bastou para Nilo Coelho desistir. Ofício, não.

O mesmo drama será certamente vivido pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte. Ontem, ele determinou, meio à maneira de Pôncio Pilatos, que cada presidente de Comissão decidisse sobre o que fazer, no caso de as votações serem atropeladas e interrompidas pelo tumulto e a pressão de grupos. O problema é que, quando agosto chegar, não poderá mais adotar essa estratégia. A ele e a mais ninguém caberão as medidas necessá-

rias à preservação da ordem e da segurança, bem como da liberdade para o debate e a votação. E o presidente José Sarney, à maneira do ministro Leitão de Abreu, não fará por menos. Tropa federal, para garantir os trabalhos, só com ofício assinado e protocolado pelo presidente da Constituinte.

Há quem veja paralelo entre os fatos de hoje e aqueles registrados em 1984, quando o Congresso foi votado em emenda da de Oliveira, das eleições presidenciais diretas. Acabaram chamando o "Nini", isto é, o governo federal lançou mão das emergências constitucionais e designou o truculento comandante militar do Planalto para executá-las. Houve tudo: de prisões a cerco castrense ao prédio do Congresso e, mesmo, pancadaria. Até automóveis foram chicotados pelo general Newton de Oliveira e Cruz, por conta das buzinas ocasionadas em sinal de protesto.

Será para a repetição disso que nos encaminhamos? Há um limite, em termos de ordem pública. Se acampamentos forem montados nos jardins do Congresso e corredores poloneses formados por integrantes dos mais variados grupos, submetendo deputados e senadores ao constrangimento de ter de atravessá-los sob vaias, apupos e palavrões, não faltarão vozes a clamar outra vez pelas emergências. Afinal, elas estão em vigor pelo texto da atual Constituição. E a Nova República, coitada, irá ganhar a última de suas semelhanças com a velha.

Há tempo para providências, mesmo sem o recurso à tropa federal e, muito menos, às emergências. Mas os acontecimentos de ontem e de hoje deixam todo mundo deprimido. Democracia também não é isso. Foi abandonada a idéia de uma reforma

no plenário da Câmara dos Deputados, onde se reúne a Constituinte, de modo a isolar as galerias através de vidros grossos, à prova de som. Ulysses Guimarães tentou, mas sua tentativa foi obstada pelo PDS, sob o pretexto de gastos supérfluos. Agitadores ululantes estão, assim, com campo aberto para paralisar os trabalhos através de simples gritaria, para não falar nos petardos arremessados de cima, que jamais se limitam a simples bolas de papel.

Quando Flávio Marçílio presidia a Câmara — e aqui vai outra inusitada comparação com o passado — fez evacuar as galerias e suspendeu por diversas vezes as sessões. Seria demais exigir da direção agora entregue ao PMDB uma atitude igual? O que importa, assim, é evitá-la. Mas como? Fechar as portas da Casa do povo ao próprio não parece fácil. Mas deixar que entre quem quiser pode até abalar as estruturas do prédio principal, construído no final dos anos 50. Distribuir senhas aos partidos, proporcionalmente à sua representatividade, seria uma solução? Mobilizar novos contingentes de guardas de segurança não dá, até porque a lei exige concursos públicos para qualquer vaga no funcionalismo da Casa. Muita gente tem entrada pela janela, mas fica difícil aceitar apadrinhamentos quando se trata de recrutar seguradas.

Enfim, o ensaio geral está em pleno desenvolvimento. E as lições a tirar dele não precisam, necessariamente, servir apenas a um dos lados. Os grupos de pressão sabem tudo sobre o Regimento Interno da Constituinte e dispõem de calendários e mapas tão minuciosos que poucos senadores e deputados conseguem dispor de algo semelhante. Tudo dependerá de Ulysses Guimarães. Ou da sorte.



Lobistas tomam conta do Congresso e...



...e perturbam os trabalhos das comissões

Fotos Alencar Monteiro